



Anais da Assembléia

Nº 8

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1980

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 07/80

Curitiba, 04 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1979, entre o Estado do Paraná e o Município de MARILENA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 09/80

Curitiba, 04 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

autorizar o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação, ao Município de CALIFÓRNIA, as datas de terrenos sob os números 05, 06, 07, 10, 11 e 12, da quadra nº 15, com área total de 2.356 m² (dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados), situados na Planta Jardim Sant'Ana, da sede do referido município.

Os imóveis cuja autorização para doação constitui objeto do plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis, foram doados ao Estado do Paraná pelo Município de Califórnia, a fim de serem utilizados na construção do Ginásio Estadual "Talita Bresolin".

Ocorre que o citado Ginásio Estadual foi construído em outra área, mais ampla e adequada, sendo, portanto, justa e oportuna a reversão dos imóveis em questão ao patrimônio do Município de Califórnia, que pretende, neles, construir um Hospital Municipal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Califórnia, as datas de terras sob n.ºs 05, 06, 07, 10, 11 e 12 da Quadra nº 15, com a área total de 2.356 m², situados na Planta do Jardim Sant'Ana, da cidade do mesmo nome, adquiridas pelo Estado do Paraná, do referido município, por escritura pública de doação, lavrada em 07/03/69, pelo Tabelião de Califórnia, transcrita sob n.º de ordem 11.025 do Livro 3-L, de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Marilândia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 11/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de renovação, datado de 24 de janeiro de 1980, ao convênio 22/77, celebrado em 12 de dezembro de 1977, entre o Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de CURITIBA, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando a elaboração de projetos e execução de obras e serviços, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 12/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de re-ratificação ao convênio celebrado em 07 de dezembro de 1979 entre o Instituto de Planejamento Econômico Social - IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, tendo como intervenientes a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CDNU, objetivando implementar o zoneamento industrial das áreas críticas de poluição na Região Metropolitana de Curitiba e METRONOR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 13/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a concessão de auxílio financeiro da União, repassado à referida SUDESUL, para aplicação em obras de emergência destinadas à recuperação de bens públicos danificados pela ação das intensas chuvas caídas em outubro e novembro de 1979, em 32 municípios do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 14/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Termos de Renovação datados de 14 de fevereiro de 1980, aos Convênios n.ºs 157/79 e 176/79, celebrados em 29 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná e, respectivamente, os Municípios de LARANJEIRAS DO SUL e TOMASINA, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, rei-

tero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 15/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica dos termos de Renovação datados de 29 e 16 de novembro de 1979, aos convênios n.ºs 50/78 - SEPL e 165/78 - SEPL, celebrados, respectivamente, em 22 de julho e 09 de novembro de 1978, entre o Estado do Paraná e os Municípios de ORTIGUEIRA e IMBITUVA, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, em obras públicas nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 16/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 08 de janeiro de 1980, ao Convênio 07/79, celebrado em 02 de outubro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de PIRAQUARA, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando aplicação de recursos financeiros na execução da primeira etapa do Programa de Paisagismo das Vias de Acesso da Região Metropolitana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 17/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 28 de dezembro de 1979, ao Convênio n.º 01/78, celebrado em 22 de fevereiro de 1978, entre o Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora subme-

tida a essa augusta Casa de Leis, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 18/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos aditivos datados de 02 de janeiro de 1980, de renovação dos convênios adiante especificados, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com interveniência da referida Secretaria e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, com os seguintes municípios, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO

N.º e data do

Convênio aditado

BANDEIRANTES	137/70 — 29/06/79
CAMPO MOURÃO	141/79 — 29/06/79
CARLÓPOLIS	142/79 — 29/06/79
CASTRO	143/79 — 29/06/79
CIANORTE	144/79 — 29/06/79
CONGOINHAS	145/79 — 29/06/79
FRANCISCO ALVES	146/79 — 29/06/79
GOIOERÊ	148/79 — 29/06/79
GRANDES RIOS	149/79 — 31/06/79
IRETAMA	150/79 — 29/06/79
IVAIPORÃ	151/79 — 29/06/79
JAGUARIAÍVA	154/79 — 29/06/79
MAL. CÂNDIDO RONDON	158/79 — 29/06/79
ORTIGUEIRA	161/79 — 29/06/79
PALMAS	162/79 — 29/06/79
PALOTINA	163/79 — 29/06/79
PINHALÃO	167/79 — 29/06/79
REBOUÇAS	169/79 — 29/06/79
RESERVA	170/79 — 29/06/79
RIBEIRÃO DO PINHAL	171/79 — 29/06/79
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	172/79 — 29/06/79
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	173/79 — 29/06/79
SÃO MATEUS DO SUL	174/79 — 29/06/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 19/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 08 de janeiro de 1980 aos convênios adiante especificados, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com interveniência da referida Secretaria e da COMEC, com os seguintes municípios,

objetivando a aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Município

N.º e data do

Convênio aditado

ALMIRANTE TAMANDARÉ	121/79 — 29/06/79
ARAUCÁRIA	122/79 — 29/06/79
COLOMBO	126/79 — 29/06/79
PIRAQUARA	128/79 — 29/06/79
QUATRO BARRAS	129/79 — 29/06/79
RIO BRANCO DO SUL	130/79 — 29/06/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 20/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 183/78, celebrado em 29 de novembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a ELETROSUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração, pela Universidade, do Plano de Ação Imediata — PAI, para a cidade de GUAIÁRA.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 21/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 15 de janeiro de 1980, ao Convênio n.º 125/79, celebrado em 29 de junho de 1979, entre o Estado do Paraná e o Município de CAMPO LARGO, sendo interveientes a Secretaria de Estado do Planejamento e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 22/80

Curitiba, 05 de março de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 04 de dezembro de 1979, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante especificados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros de acordo com o Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Regional:

Município	N.º do Convênio
ALMIRANTE TAMANDARÉ	08/79 - COMEC
ARAUCÁRIA	09/79 - COMEC
BALSA NOVA	10/79 - COMEC
BOCAIUVA DO SUL	11/79 - COMEC
CAMPO LARGO	12/79 - COMEC
CAMPINA GRANDE DO SUL	13/79 - COMEC
COLOMBO	14/79 - COMEC
CONTENDA	15/79 - COMEC
MANDIRITUBA	16/79 - COMEC
PIRAQUARA	17/79 - COMEC
QUATRO BARRAS	18/79 - COMEC
RIO BRANCO DO SUL	19/79 - COMEC
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	20/79 - COMEC

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

- À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro JOÃO DE OLIVEIRA FRANCO FILHO, ocorrido no último dia 27 de fevereiro.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná foi colhido, no final de fevereiro, pela perda de um dos seus mais ilustres empresários, o Engenheiro João de Oliveira Franco Filho.

Homem de empresa dos mais respeitados, Oliveira Franco descendia da tradicional família fundada pelo Brigadeiro Fraco e que plantou raízes na terra paranaense.

Formado em Engenharia, cedo se dedicou à atividade empresarial, em seu ramo de especialidade. Mas também se vinculou à lida da terra, como seus antepassados, plantou fazendas de café por todo o norte paranaense, num trabalho de desbravador que o fez querido e admirado em nossa região.

Sua liderança na cafeicultura o levou à Diretoria e à Presidência do Instituto Brasileiro do Café. Ali sempre se fez ouvir na defesa dos interesses da produção e do Estado do Paraná.

Como industrial, integrou ainda, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, onde era o primeiro vice-presidente por ocasião de seu passamento. Nessa Casa seus méritos de empresário foram reconhecidos ao receber a comenda do Mérito Industrial.

Como financista, João de Oliveira Franco Filho, depois de participar por várias décadas do Banco Comercial do Para-

ná, fundou as Instituições Financeiras BANREAL, trazendo para Curitiba o controle acionário de um pequeno banco paulista - o Banco Real de São Paulo - que sob sua liderança, expandiu-se por todo o sul do País.

Além do BANREAL ele presidia a Companhia de Seguros Aliança Brasileira, a BANREAL Corretora de Valores, a BANREAL Distribuidora de Valores, e a BANREAL Administradora e Corretora de Seguros.

Ao registrar seu passamento, queremos deixar o testemunho de homens como ele são exemplo para os que ficam e para as gerações de amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão; de um voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora ISMÊNIA ANTONIOLI GRASSANO, genitora do Sr. Antônio Grassano Júnior, Prefeito do Município de Arapongas.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É uma realidade conhecida e lamentável o elevado índice de evasão escolar ocorrente no Paraná, como ademais em todo o País.

As circunstâncias determinantes do abandono à escola são várias, mas ressalta a carência de recursos econômicos dos pais de alunos, que tiram seus filhos das aulas, ou por não poderem arcar com dispêndios ou para que eles os ajudem com trabalho no sustento da família.

Cabe ao Estado estimular a permanência das crianças nas escolas. Muito mais que isso, cabe-lhe evitar qualquer procedimento que onere as famílias que possuem crianças em idade escolar.

O objetivo desta nossa manifestação de hoje é dirigir ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao seu digníssimo Secretário de Educação um veemente apelo, traduzindo reclamação que recebemos de inúmeras pessoas, especialmente mães de família.

Apelamos ao Governador para que determine a abolição de exigibilidade de uniformes nas escolas públicas do Paraná.

Testemunhamos vários casos de famílias que não mandam crianças à escola alegando carência de recursos para a compra de uniformes exigidos.

Lembramos que, em nossa infância, comparecíamos aos bancos escolares descalços, sem uniformes. E nem por isso deixamos de aprender a ler ou escrever.

O importante não é que nossas crianças de hoje se nivelem pela igualdade da indumentária. Importante é que se eduquem. E se disparidade se notar entre como se vestem as menos dotadas de recursos financeiros e as mais ricas, não seja isto pretexto para sacrificar exatamente as famílias mais pobres com a exigibilidade de compra de uniformes. As diferenças sociais existem, existirão sempre, e não se pode presumir que as crianças devam se encabular de sua própria pobreza. Diz bem o povo que ser pobre não é vergonha nenhuma.

Ninguém mais que o Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, Ministro da Educação que foi deste País, conhece e lamenta a evasão escolar.

Nossa infância é nosso maior capital, nosso mais precioso dote.

Esperamos, com confiança, que este apelo sensibilize Sua Excelência, resultando na providência que reclamamos e

que oxalá, esta possa evitar grande número de desistências aos estudos.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980
(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Pedro Tocafundo, Delegado Regional da SUNAB, solicitando rigorosa fiscalização na distribuição do LEITE, sugerindo a criação de um esquema que possibilite o levantamento real dos números registrados pela diminuição no abastecimento deste produto.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.980
(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Enquanto o Paraná realiza, com apoio da ACARPA/EMATER e Secretaria do Estado da Agricultura, a II EXPO-LEITE, no Parque Castelo Branco, a população do Estado vem sofrendo prejuízos com a diminuição na distribuição do LEITE. De que adianta expor o leite no Parque se nas padarias ele dificilmente aparece?

Ninguém pode esconder a falta do produto, pois os locais de distribuição do leite estão comprovando o fato, ficando sem poder atender a clientela normal durante o decorrer do dia.

Quem quiser garantir o seu pacotinho, deve chegar logo cedo para evitar aborrecimentos.

Dificilmente o produto é encontrado no período da tarde.

Negar que existe gado leiteiro no Paraná é um absurdo, pois a Exposição vem provar o contrário.

O que falta é um maior entrosamento entre Governo do Estado e produtores, evitando desta forma prejuízos para a população.

Acreditamos na honestidade da ação da SUNAB, porém sugerimos que seja criada uma equipe de avaliação dos números para, com dados reais, punir os responsáveis pela péssima distribuição gerada de uma crise no setor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado do Paraná e NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário de Estados dos Transportes, solicitando a inclusão da Estrada FLORESTÓPOLIS - SÃO JOAQUIM, ligando esse a Bela Vista do Paraíso - Londrina, no Plano Estadual de Asfaltamento.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.980
(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o envio de TELEX aos Ministérios da Agricultura e Planejamento, solicitando a extinção do Imposto sobre Exportações de soja em grãos, óleo de soja e farelo de soja.

A extinção do referido imposto, viria, inclusive, melhorar as exportações de tais produtos, pois possibilitariam - especialmente as cooperativas - a enfrentar o difícil mercado externo, obtendo, assim, melhores condições competitivas, com resul-

tados benéficos aos sojicultores.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 8/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980
(a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA:

O CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede na Cidade de Ponta Grossa, fundada em 05.10.1949, tem visado a preservação de nossa flora, tomando todas as iniciativas que as circunstâncias permitirem, a fim de evitar a devastação das matas e o conseqüente extermínio das orquídeas em estado natural, e apoia ativa e irrestritamente todos os atos governamentais orientados nesse sentido.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa, comunicação subscrita pelo Senhor Deputado Mário Celso. (Lê):

“Senhor Presidente.

Por intermédio do presente, e para os fins previstos na legislação em vigor, comunico a Vossa Excelência que a partir de 01 de março passei a integrar o Bloco Parlamentar Trabalhista com assento nesta Casa.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.980”.

Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando um ofício à Mesa solicitando que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná faça um alerta à SUNAB, quanto à péssima distribuição do leite em Curitiba, principalmente, como em todo o Paraná.

Estamos sugerindo, inclusive, um esquema que possibilite o levantamento real de números registrados pela distribuição a questão de duas, três logo que se comente a possibilidade de uma alta no produto, esta mesma escala venha diminuir de uma maneira agravante.

Tenho certeza que tão logo o Ministério da Agricultura o CIP venham autorizar, a fixar novos preços para o leite, o produto estará colocado em abundância à disposição do consumidor.

Estamos pretendendo uma fiscalização rígida, através da SUNAB, para que seja feito este levantamento de números para que com estes dados possa, este órgão, punir os culpados pelo boicote e pelo desaparecimento do leite.

Coincidentemente, temos em Curitiba a segunda Expo-leite, uma promoção no Parque Castelo Branco da própria Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, em colaboração também com a ACARPA e EMATER.

Os produtores estão lá fazendo as suas reclamações,

muitas delas justíssimas. Entendemos que o problema do leite não é de culpa exclusiva dos produtores mas de culpa sim do Governo brasileiro que se perdeu em números e hoje não consegue conter a inflação. Da maneira com o é elaborada a distribuição do leite, os produtores que têm o leite aí a sete cruzeiros, ficam na realidade, depois de pagar dois e meio ao FUNRURAL, depois de pagar o transporte, com menos de cinco cruzeiros deste preço.

Além disto, duas vezes por mês, problema do ácido, eles têm a perda quase que total do leite, conseguindo apenas colocar no mercado ao preço de um cruzeiro o litro. Conseqüentemente, o produtor também está sendo espoliado, o produtor também está sendo prejudicado. Ele somente teria condições de sobrevivência na produção do leite se o preço chegasse na casa dos dez cruzeiros; porque a ração aumentou, o preço da vacina, ele também é obrigado a vacinar seus animais, e outros encargos que acarretam uma despesa muito grande.

Assim sendo, entendemos que estes produtores, já que o preço do leite C é tabelado, é fixado, não têm condições de colocar no mercado. Ficam a fazer queijo, a fazer iogurte e aproveitamento em outros setores, desviando das prateleiras das panificadoras e, conseqüentemente, das famílias brasileiras, o leite tão necessário para nossa alimentação.

Comunico que amanhã farei uma denúncia deste plenário, a respeito de uma escola de Almirante Tamandaré, que está numa situação lastimável, tendo 45 alunos com seis cadeiras numa sala de aula, os alunos estudando no chão e no período noturno sendo usado liquinho para iluminação. Amanhã trarei a denúncia.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa dois requerimentos. Um ao Ministro da Fazenda, ao Ministro da Agricultura e ao Secretário de Estado das Finanças, propondo a redução do ICM incidente sobre a carne bovina. (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Ministros Amauri Stábile, da Agricultura; Ernani Galvêas, da Fazenda e ao Sr. Edson Neves Guimarães, Secretário de Estado das Finanças, propondo a REDUÇÃO DO I.C.M., INCIDENTE SOBRE A CARNE BOVINA.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, que possui um dos maiores rebanhos do mundo, enfrenta hoje problemas gravíssimos em relação ao mercado da carne. É sabido que a grande maioria da população brasileira, há tempos não tem a carne como alimento básico nas refeições.

Os pecuaristas alegam que o aumento abusivo dos produtos fundamentais, não permite reduzir o preço/arroba para venda ao intermediário.

Já os frigoríficos levantam uma série de dificuldades, uma das quais, o I.C.M. — Imposto de Circulação sobre Mercadorias.

Segundo informações dos próprios frigoríficos, cada CABEÇA ABATIDA, incide no recolhimento de aproximadamente Cr\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros) de imposto.

Baseados nestes dados é que sugerimos às autoridades responsáveis, a redução do I.C.M., incidente sobre a carne bovina.

Seria, a nosso ver, uma forma de baratear os custos, pois a arroba poderia ser adquirida pelos açougueiros, a preços menores.

Outro requerimento, ao Chefe da Casa Civil do Governo, sobre a campanha publicitária, que veiculam as realizações do Governo: (Lê):

“Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, nos termos do art. 20, § 2.º da Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o Plenário, as seguintes informações ao Sr. Luiz Alberto Gomes, Chefe da Casa Civil do Governo:

- 1) Qual a Agência de Propaganda que elaborou o material?
- 2) Quais os componentes da Comissão Julgadora?
- 3) Qual o custo da produção?
- 4) Qual o custo da veiculação?
- 5) Qual o tempo de duração da campanha?
- 6) O custo total é absorvido apenas pela verba da Subchefia de Comunicação Social ou cada Secretaria responde pelo custo da respectiva campanha?
- 7) Seria possível o fornecimento da “mídia” global da campanha e autorizações referentes a cada veículo?

Sala das Sessões, em 10 de março de 1980.

JUSTIFICATIVA:

As emissoras de televisão do Paraná, têm mostrado diariamente - em horário nobre - entrevistas com Secretários de Estado (matéria paga), onde são divulgadas as realizações do Governo no ano de 1979, assim como planos e metas para o ano/80. É notório que a televisão é um veículo que mantém tabelas de preços baseadas no custo/segundo, a preços altíssimos.

Há suspeitas de que, em apenas uma rede, o custo da campanha chega a Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros). Somando-se todas as TVs do Estado, é fácil perceber que a promoção deverá girar em torno dos Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), já que no horário nobre, uma rede de TV tem sua tabela na faixa de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), a inserção de 30 segundos.

Comenta-se também, que uma determinada rede estaria sendo favorecida pela Tabela-2”.

Obrigado, Sr. Presidente, nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — No horário do Pequeno Expediente ainda, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi, inscrito.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lendo):

“No processo de “abertura” política não se podem tolerar as arbitrariedades que, cometidas no dia-a-dia, demonstram a farsa na qual esse processo está se transformando.

Em nosso Estado, temos inúmeros sinais que indicam a existência de um processo oposto à apregoada abertura democrática.

Como exemplo, as atuais alterações administrativas no Paraná. O povo paranaense, nesse caso, tudo indica, será o último a saber.

A única informação, extra-oficial é claro, que o povo tem para confirmar os boatos de modificações administrativas são a ocorrência de algumas demissões acompanhadas de desmentidos da existência de “listões”.

Demissões em massa estão ocorrendo, neste momento,

por exemplo no IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), enquanto o povo paranaense aguarda o início das 323 demissões anunciadas na EMATER-Paraná.

No caso do IPARDES, as demissões têm gerado um clima de terror para os que ficam, enquanto indica um esvaziamento daquela Instituição, que não pode ser comparado nem aos mais negros anos desta ditadura militar.

O povo paranaense certamente não deve estar informado sobre o que é o IPARDES. Cabe-me esclarecer que se trata de um instituto de pesquisa e planejamento, sustentado pelo dinheiro do povo, tendo como finalidade realizar estudos que, por sua profundidade e seriedade, subsidiem planos, programas e projetos do governo estadual e até federal.

Criado à imagem e semelhança do IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social) — vinculado à Secretaria do Planejamento da Presidência da República — o IPARDES tem realizado estudos valiosos sobre a realidade paranaense, muitas vezes sob encomenda de órgãos federais. O IPARDES tem realizado estudos sobre o "bóia-fria", a migração no Paraná, questão habitacional, complexo-econômico, diagnóstico agro-ecológico e diagnóstico da economia paranaense. A seriedade e profundidade desses estudos e pesquisas vinham garantindo ao Paraná o reconhecimento nacional de instituições congêneres.

É lamentável, portanto, o esvaziamento e os novos rumos do IPARDES, refletidos nas demissões em massa e na forma como ocorreram.

Todas as demissões, sem exceção, deram-se sem justa causa; porém, cada técnico ouviu do Coordenador Técnico, Cesar Augusto de Camargo Fayet, uma justificativa. Para uns, a falta de verbas, para outros, a inadequação ao novo "perfil técnico" e, para outros ainda, o argumento mais grave: "discordância teórico-metodológica".

Em tempo de abertura política, anistia e reforma partidária, é de se supor a existência de muitas discordâncias e concordâncias mínimas. No IPARDES, parece estar-se procurando justamente o contrário, ou seja, concordância absoluta e sem questionamento. Isto significa, de fato, a volta do totalitarismo sufocando o espírito crítico que reinou no IPARDES mesmo nas conjunturas políticas mais desfavoráveis de anos recentes.

Diante do exposto, o povo paranaense espera que o governo responda a algumas questões fundamentais, que ganham maior importância frente a um governo que deseja um planejamento participativo e que pretende desempenhar um papel decisivo na construção da democracia.

O povo paranaense precisa saber:

- 1) quais os verdadeiros motivos que têm levado a demissões maciças no IPARDES?
- 2) existe algum fundamento para a suspeita de que as atuais demissões estariam vinculadas à futura fusão DEE-IPARDES-CELEPAR?
Neste caso, deve-se esperar demissões também naqueles órgãos?
- 3) Existe ligação entre as demissões no IPARDES e a anunciada criação da Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais do Paraná — divulgada pelo "O Globo" de 28/02/80 e "A Gazeta do Povo" de 28 de fevereiro de 1980 — e ligado ao PDS como projeto do Governador Ney Braga?
- 4) o "fechamento" interno no IPARDES conservaria apenas um reduzido número de técnicos, pagos com dinheiro público, mas produzindo apenas estudos afinados com o PDS?

Ao formularmos estas questões, temos presente que o caso particular do IPARDES parece estar inscrito em um processo global de mudanças em curso também em outras instituições.

Isto porque, as demissões efetuadas não visam outro objetivo que não o de abrir vagas para serem recolhidos apaniguados políticos.

É de notar, que assim que as demissões vão sendo homologadas na Justiça do Trabalho, um novo processo de admissão está em curso. A verdade esclarece-se com um só exemplo. Entre os notificados para demissão, do IPARDES, encontrava-se uma sobrinha do futuro presidente do ARENÃO, cuja demissão dias depois, ficou sem efeito, tão logo a jovem funcionária apresentou suas credenciais de parentesco.

É o "processo de abertura" em franco desenvolvimento. Porém daquela abertura, cujo sentido exato da palavra, é abrir para a manipulação maior e melhor da máquina governamental. Abertura para a seleção ideológica, agora batizada de "novo perfil técnico" e "discordância teórico-metodológico", seguindo a mesma estratégia das "patrulhas ideológicas" de ontem.

É a abertura para os adesistas colocarem na sombra do Poder os seus apagniguados.

Por isso afirmo, a abertura política, hoje, como foi a distensão, o diálogo e todos os casuísmos de ontem que mantiveram a corrupção, o entreguismo e o arbítrio, é a nova tática do sistema, para mais uma vez enganar o Povo e dele servir-se no laudo banquete que os donos do poder e seus áulicos, a dezesseis anos, nababescamente se empanturram com o bem comum."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Generalizou-se, no Brasil, nos últimos meses, a idéia de que a agricultura deve, e pode, salvar o País.

Mas, de imediato, outra indagação maior surge: quem salvará a agricultura?

Afinal, Sr. Presidente, a prioridade agrícola prometida pelo Governo, cantada diariamente em todos os recantos do País, festejada por amplos setores da grande imprensa, alardeada por ministros todo poderosos, foi sepultada com o pacote econômico do final do ano passado que criou inúmeros de estímulos. Como, por exemplo, o confisco sobre a soja e o aumento dos juros agrícolas.

Mas, Sr. Presidente, felizmente, tivemos um período, para a lavoura, com favores climáticos, em todos os aspectos favoráveis, fazendo com que tenhamos a maior colheita dos últimos anos. Até porque, as últimas três safras foram, parcial, ou totalmente frustradas por geadas ou chuvas excessivas.

É provável que alcemos, 2,1 milhões de toneladas de soja, só na região oeste do Paraná, responsável por quase 50 por cento da produção paranaense e 15 por cento do total da nacional.

A expectativa era boa, esperança de preço compensador ainda maior. Mas, eis que o Governo, mais uma vez, vem prejudicar o produtor.

Aliás, esta tem sido a característica singular dos governantes dos últimos anos do Brasil, pois conseguiram uma divisão do trabalho, realmente interessante: de um lado os trabalhadores interessados especializados e, do outro, os trabalhadores rurais. Os trabalhadores urbanos perdem com o arrocho sindical e com a política sindical e outros afins. Por outro lado, os trabalhadores rurais perdem com o modelo agrícola, no custo dos insumos agrícolas, nos descontos diretos e indiretos, e na política agrícola desvairada e imediatista.

Mas, de outro lado, os donos do capital, principalmente os multinacionalistas, que tem os grandes aliados, os geradores da economia dependente que temos, e que estão sempre recebendo as benesses oficiais.

O mesmo Governo, Sr. Presidente, comprometido com os interesses estrangeiros, e seus sócios nacionais beneficiários elásticos de privilégios governamentais, está sempre agindo em detrimento dos interesses da sociedade brasileira, esta formada principalmente por classes assalariadas, e outros setores de pouca renda, dia a dia, este Governo, onera mais e mais o nosso trabalhador, quer da cidade, quer do campo.

Nisso, nossas autoridades têm sido pródigas. Privatizam as decisões, privatizam os benefícios, mas socializam os compromissos e responsabilidades.

O regime gera crises, o sistema faz dívidas internas e externas, realiza obras faraônicas, tudo decide sozinho. O regime tutela, faz o monólogo, impõe, mas quando o desastre surge, quando as consequências negativas se multiplicam, quando os erros afloram aí os brasileiros são chamados para absorver as crises, resgatar dívidas, pagar o sonho megalomaníaco das obras faraônicas.

Exatamente é o que estamos assistindo agora com a soja, não desejamos e não queremos nesse nosso pronunciamento, fazer referência à implantação ou à soja em si, com todos os seus efeitos colaterais, pois esse produto, na verdade, é uma outra fonte de produção implantada no País para exportações, objetivando dar continuidade ao sistema de capitalismo dependente, que pela força e com muita praticidade passou a ser cultivado no País, depois de 64. Mas a verdade é que o sojicultor bem ou mal, possui uma vaca gorda, uma vaca avaliada e com peso em dólares, mas quem toma o leite, são o Governo e as multinacionais.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se à agricultura resta o destino de salvar o País, levado ao caos pela incapacidade e comprometimento dos detentores do poder e seus bajuladores, não é possível admitir o que está se passando com o endividado, descapitalizado e agora desorientado produtor rural.

De repente, no último pacote agrícola, surge o imposto de exportação, uma maneira sofisticada de implantar o verdadeiro confisco cambial, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os resultados surgem e esta é a razão maior da nossa presença e do requerimento que encaminhamos à Casa. É que exatamente a implantação oficial do confisco sobre a soja, treze por cento, sobre o grão, vinte e oito por cento sobre o óleo e cinco por cento sobre o farelo, implicaram de imediato, no arrefecer do mercado internacional, e os problemas para exportação estão presentes. Mas eis o detalhe de extrema importância que precisamos levar a conhecimento público. É que o Governo brasileiro, já leva a grande fatia do nosso produtor e nós estamos vivendo nesta Pátria, por incrível que possa parecer, a verdade de que os mais altos impostos são cobrados sobre o nosso produtor, e os preços que recebem, ao vender, não são efetivamente compensadores, e conseguimos um cálculo para o preço da soja a partir dos preços de venda do farelo, do óleo e do grão, e chegamos à triste conclusão que só sobre o cálculo do óleo da soja, o Governo brasileiro está levando trinta e dois por cento da tributação direta. Efetivamente isso implica no aumento do endividamento do nosso produtor e na situação cada vez mais caótica da sua descapitalização.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando sobe o sub-produto da soja, como por exemplo o óleo e nós precisamos aqui traduzir: nós temos como preço médio para maio, o resultado dos Cr\$ 28.456,56 sobre este valor, as despesas que o produtor de soja terá, será de despesas portuárias e mais frete Cr\$ 2.001,00 cruzeiros, tem isenção de ICM na exportação do óleo mas, tem vinte e oito por cento de imposto de exportação sobre a produção bruta desse óleo, que dá um total de Cr\$ 7.952,28, tem mais 0,75% sobre o bruto de PIS

Cr\$ 213,00, mais a quebra prevista de um por cento sobre o bruto Cr\$ 284,00. E o total portanto, das despesas são de dez mil, quinhentos cruzeiros e cinquenta e dois centavos, o que dá o resultado líquido por tonelada de Cr\$ 17.900,00. Quando na verdade, o cálculo seria de Cr\$ 28.456,00 se não houvesse esse encargo e esse ônus sobre o produtor.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estou me referindo aos custos do insumo, nem ao custo do transporte em si, muito menos aos juros agrícolas, a desvalorização do maquinário, o serviço colocado para produzir, quer do trabalhador rural da sua família ou do próprio assalariado. Tão somente a tributação direta dos impostos sobre a exportação de óleo o Governo leva em torno de trinta e dois por cento. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na questão do farelo o problema também é semelhante. E aproveito para trazer o cálculo também desse subproduto da soja, e o que é incrível, que todos nós sabemos que da soja 18,5% são destinados ao óleo, no processo de industrialização e 76% para o farelo.

Portanto, ao exportar o farelo, o Governo brasileiro está levando de ICM 11,1% sobre o produto, o que dá por tonelada um resultado em cruzeiros de mil cento e cinquenta e nove, está levando cinco por cento sobre o bruto do imposto de exportação, Cr\$ 522,00, mais o PIS, mais a comissão de vendas, mais a quebra, despesa protuária e frete dá um total por tonelada de quase três mil cruzeiros, quando a venda se atingir em maio será de Cr\$ 7.600,00. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em torno de vinte por cento na exportação do farelo são de tributação direta e esse dinheiro vai todo para os cofres do Governo.

Mas, o que dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que sobre a exportação de grão, o que é o grande resultado do nosso trabalhador do nosso sojicultor, o Governo leva em tributação direta trinta e oito por cento. E como disse, não estão aí calculados nos trinta e oito por cento de descontos, os juros, o custo da produção, os insumos cada vez com preços mais elevados, e todos os demais custos para que o produto chegue ao mercado, para que o produto seja exportado.

Ora, Sr. Presidente, esta é a maneira de ajudar a agricultura? Estes são os dados que desmentem esta famigerada e mistificada política que diz que dá prioridade à agricultura. E busquei exatamente no produto básico da exportação na recente implantação do Brasil na soja, para provar que o Governo está mais uma vez privilegiando a indústria, privilegiando os grandes grupos estrangeiros e prejudicando o produtor, o consumidor e o nosso trabalhador.

É bem verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ao se criar esse tipo de problema, nós estamos sentindo na carne a dificuldade em toda a região. Porque no momento em que o Governo deu mais vantagem a exportar o farelo e o óleo da soja, ele na verdade, está ajudando quem exporta principalmente o farelo e o óleo, que são as multinacionais. Quem industrializa o produto, são as multinacionais, quem leva o lucro, quem ganha, quem ganha mesmo são esses grupos estrangeiros. E o que dizer que lá no mercado externo, na bolsa de Chicago, são os grupos "Bank Born" aqui no Brasil representado pela SANBRA e principalmente a CARGIL, são esses dois grupos que praticamente manipulam o mercado externo da soja. E os resultados estão aí, o confisco já deixou a situação cada vez pior alguns anos atrás e agora vem se repetir. O mercado internacional que já possui uma super oferta, quando os estoques são abundantes com sessenta e dois milhões de toneladas que só os Estados Unidos produziu, vem agora mais esse imposto sobre o produtor brasileiro. E os resultados estão aí hoje, está se vendendo a saca de soja em torno de 460, 470 cruzeiros, quando na verdade, no ano passado, tivemos a oportunidade de ver o produtor de soja vender as sacas a Cr\$ 305,00. E se nós computarmos tão somente os setenta por cento da inflação, hoje, a saca de soja teria que estar em torno de Cr\$ 520,00, que seria

ao menos um preço que respeitasse os custos e a desvalorização da moeda, bem como poderia proporcionar um resultado mais condizente ao nosso sojicultor.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Governo que já beneficia multinacional, que já está ao lado das dall-chemical que influenciam na política interna do País, que já está ao lado dos grandes fabricantes de insumos, de fertilizantes, que sempre esteve ao lado da comercialização que está sob o domínio do capital estrangeiro, ainda agora, com este imposto de exportação, só com o imposto de exportação está levando de 90 a 100 cruzeiros por saca, para os cofres públicos. Fora o ICM, fora o PIS e outros tributos e outras obrigações diretas e indiretas.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós vemos na região a perplexidade diante do atual quadro.

Resta-me, neste instante, analisar um último aspecto, será que não está na hora de enfrentar os detentores do Poder e os donos da política agrícola do País, comprometidos com o capital estrangeiro e com o sistema capitalista dependente implantado no País depois de 64? Será que não está na hora de conclamarmos às cooperativas? De nós conclamarmos os produtores? De conclamarmos inclusive aos cerealistas, a fazerem o boicote da venda da soja?

Esta seria talvez a primeira ímpar oportunidade de dizermos ao regime, ao Governo, aos interessados em cada vez aprofundar mais os seus benefícios, de que nós estamos surrados e cansados. Não basta só o desnível no mercado internacional, vem agora o confisco generalizado, o confisco que já atrofiou e acaba com a cafeicultura. O confisco que vem prejudicando a produção de cacau no País. Ele agora, descaradamente, se implanta também na soja.

Dizia antigamente o ex-Ministro Henrique Simonsen que o confisco seria uma medida extremamente limitada, temporária. Mas, como os outros confiscos, ele vem para ficar. Ora sob um nome taxativo de confisco cambial, de maneira desnudada e desavergonhada, agora com roupagem nova, sofisticadamente chamado de imposto de exportação.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos tentando o que já fizemos por telegrama remetido diretamente ao Ministério da Agricultura, diretamente ao Ministro do Planejamento, fazer uma solicitação agora, através desta Assembléia, para que talvez a palavra do Poder Legislativo do Estado do Paraná, que como disse representa hoje, só na soja, quinze por cento do total da produção nacional.

É preciso que nós digamos que não dá para continuar e que o Governo tome uma medida séria, honesta, brasileira, diretamente ligada aos interesses do nosso produtor. Ou seja, a extinção do imposto sobre a exportação do soja em grão do óleo de soja e do farelo do soja. Ao menos assim, poderíamos ter maior competitividade no mercado externo e teríamos também maiores resultados ao nosso produtor rural, ao homem do campo, endividado, descapitalizado e mais do que nunca, desestimulado.

Esperamos pois contar com o apoio dos Srs. Deputados, para que analisem profundamente este aspecto, que não possamos mais nós, permanecermos alheios a esta realidade, quando o Governo leva diretamente, lá do campo, da lavoura, da safra, do portão da fazenda para os cofres da Nação, trinta e oito por cento de impostos diretos, sobre cada grão de soja. E para que este dinheiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Para pagar, por certo, o alto débito brasileiro, a dívida externa e interna que nós não autorizamos que ninguém fizesse em nosso nome, porque o povo brasileiro não foi consultado.

Para pagar as ferrovias da soja, para implementar projetos, para dar nome e dar sustentação e "status" aos detentores do País para manipular dados, para manipular a grande imprensa e fazer com que o rádio e a televisão, a cada instante venha dizer: — "Plante que o João garante." Só que o João dá com

uma mão e tira com o corpo inteiro, do produtor, do sojicultor, do homem do campo.

É hora do desmascaramento dessa realidade; é hora de os homens que têm assento neste Parlamento, digam um basta. Honrem o seu voto, honrem esta outorga que popularmente lhe foram dadas pelos nossos homens do campo, pelos homens da nossa lavoura.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendendo solicitação que, mais uma vez hoje recebemos, quando vemos associações comerciais, quando vemos uma aqui, outra cooperativa, tentando acanhadamente romper este cerco, criticando e condenando o imposto de exportação, queremos também fazer eco em torno disso e fazer com que, através da Assembléia, possa este requerimento ter ressonância e encaminhar-se ao Ministro do Planejamento, ao Ministério da Agricultura, no sentido da extinção do referido tributo.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu endoço a proposição de Vossa Excelência mas sou cético quanto à acolhida dessa pretensão. Porque nós temos assistido a tão propalada competência e eficiência dos planejamentos brasileiros como saída para encontrar recursos e como reformulação da política tributária, não encontrou outra saída que a usada já na poeira do tempo, pelos déspotas, pelos tiranos, a qual seja, simplesmente aumentar os impostos.

A tão decantada reforma tributária para os municípios, se consumiu no aumento da alíquota do ICM; e a taxaço, a penalização da incompetência e da ineficiência do Governo, para solucionar os problemas da administração pública. Portanto, não acredito efetivamente, que este Governo abra mão do confisco.

A Assembléia protestar, é uma obrigação nossa e a temos realizada. Mas ainda, há poucos dias, ouvia no congresso realizado pelos agrônomos do Paraná, uma afirmação patética de um político: "Realmente as lideranças políticas do Paraná não estão com nada". Não os Srs. Deputados, mas principalmente o Sr. Governador, homem cogitado a ser Presidente desta República.

O Sr. Secretário da Agricultura, um dos tecnocratas mais badalados deste País, não está, verdadeiramente com nada, porque este pessoal está gritando há muito tempo também.

Mas, o confisco do milho, e oxalá não venha aí um confisco do feijão, confisco do milho, e até o que seria de lamentar mais, que até no crescimento demográfico, este Governo passe a instituir um confisco.

Porisso, Sr. Deputado, sou inteiramente cético nessa proposição que Vossa Excelência apresenta, muito embora louve o vosso trabalho, porque realmente a limitação do Poder Legislativo se exaure nesses pedidos que apenas traduzem o anseio, a angústia e as necessidades que o nosso trabalhador do campo e da cidade esperam ver materializadas e concretizadas essas aspirações.

Parabenizo-me com Vossa Excelência, mas me desculpo em não poder acreditar que este Governo realize um ato voltado para o povo.

Há 16 anos que não tenho razões para creditar mais neste Governo; há 16 anos que a Nação não encontra nada de material para acreditar nas promessas, nos engodos, nas mentiras, nas falsificações, que de uma forma ou de outra, sob nova roupagem, sob novas táticas, novas estratégias, vão mantendo o povo marginalizado do processo de desenvolvimento.

Congratulo-me com Vossa Excelência, mas sou inteiramente cético no possível fruto ou resultado desta brilhante atuação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, nobre Deputado, e tenha certeza que nós também temos muito ceticismo em torno dessa questão.

Um País dominado e constrangido não é dono de si,

porque os que detêm este poder nestes últimos 16 anos, conseguiram efetivamente transformar as decisões brasileiras para outras plagas, e hoje, a 11.000 quilômetros de Brasília é que se decidem as coisas.

Mas, por outro lado, Deputado, o desencargo de consciência é preciso se fazer presente. E como talvez o mundo hoje não está mais dividido entre os que crêem e os que não crêem, mas entre os que se interessam e os que não se interessam, é que ainda procuramos esse tipo de reação.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu sempre me entusiasmo, quando vejo alguém otimista neste País, eu que sou pessimista. Este Governo é interessante, chega até a fazer com que o ilustre Deputado Nilso Sguarezi incorra em erro, ao dizer que talvez vão até confiscar o feijão. Não há problema, de quem vai confiscar o feijão. O feijão vai ter confisco pela geada, que será pago pela PROAGRO.

Dizia o antigo líder, hoje falecido, Lacerda, que "Pior do que a corrupção na administração pública é a burrice". E o que nós vemos é um País onde a burrice predomina.

Realmente os tecnocratas de Brasília vieram, fizeram corar o tecnocrata Reinhold Stephanes, que de tão chateado, tão humilhado, inclusive não acompanhou a comitiva que veio ao Paraná, determinar que o colono plantasse feijão, quando na verdade não havia mais condições.

E o Secretário da Agricultura, a bem da verdade, envergonhado, nem compareceu às reuniões em que os tecnocratas de Brasília participaram. Mandou o seu assessor. Eles vieram, chegaram ao absurdo de ameaçar os agricultores do Norte que se não plantassem feijão, entre o café, não teriam mais financiamento.

No Sudoeste eles não tiveram essa coragem. Porque, quando começaram a falar, alguns colonos se levantaram, alguns dirigentes de sindicatos levantaram e chamaram-nos de "burro", na cara. Porque, eles não passam de burros. E isso é burrice. Burro é o único termo que define. Mandaram plantar feijão para o PROAGRO colher.

Disseram claramente, em Francisco Beltrão: "plante o que não importa, se gear, pagaremos cem por cento".

É lógico que saímos às correrias e mandamos todo mundo entrar no Banco do Brasil pegar dinheiro. Mas, aconselhamos: "peguem dinheiro, coloquem na caderneta de poupança e não plantem feijão... E é isso que vai ocorrer e que ocorreu. O Governo vai pagar, o PROAGRO vai pagar, feijão que não foi plantado. Mas, o importante é que esse dinheiro que foi destinado para o feijão, está faltando para o trigo. E até agora, e Vossa Excelência sabe muito bem, porque na sua área, no Norte, já se está plantando trigo, mas ainda não se definiu o preço mínimo do trigo. E se diz que não há recursos para financiar o trigo.

Isso, Sr. Deputado, não é corrupção. É pior que corrupção, é burrice. Porque, até para ser corrupto precisa ter um pouco de inteligência. E inteligência este Governo não tem.

Agora, o que podemos fazer? Temos um Governador que não é governador. É interventor. Interventor não manda, a menos que peça demissão do cargo, já que está subordinado a um outro, o de interventor.

No Brasil não sabemos quem manda. Num País onde um Ministro do Exército comparece a uma solenidade e assina a ficha de filiação partidária, ele que, quando assumiu disse ser o Exército completamente neutro nas questões políticas, é um Brasil que não tem mais dono.

Por isso, quero que fique gravado nesta Casa, a atitude que este Deputado tem com relação aos colonos, e a orientação que dá a todo colono. "Colono, comece, desde hoje, a sua greve. Você é o único ser independente. Plante a sua abóbora, crie o seu porquinho, plante o seu feijão, o seu arroz, plante tudo o que você precisa para comer. E plante o mínimo pos-

sível a mais para você comprar o sal que é o que você depende de fora. Vamos deixar este País sem comida, sem exportação, para ver o que acontece. Porque, a única maneira que você tem de reagir é essa."

E é o colono a única classe que tem condições de fazer uma greve. Porque, o colono pode armazenar. O colono tem o que comer. Pode ficar um ano, dois anos, sem ir à venda, sem vender seus produtos, porque não precisa comprar nada.

Se todos nós, Deputados que estamos pensando em termos de Paraná fizéssemos isso, talvez obrigássemos os interventores, os subservientes, a descobrirem que existe gente neste Estado que produz e que mantém este País.

Por isso, Sr. Deputado, meu pessimismo é grande. Tenho otimismo com os agricultores que acho que entrarão em greve. **O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — A Mesa lamenta, mas informa o nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. No entanto, concedo-lhe mais um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço os apartes. E por essa razão, no meio de nosso pronunciamento, fazíamos referência à necessidade de multiplicarmos a idéia do boicote do produtor. O boicote do agricultor, para que ele seja respeitado, de uma vez por todas. Porque, afinal de contas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, será que teremos que viver no País, a sentença determinada e dita, com muita sabedoria, por Josué de Castro — uma das maiores inteligências que já passaram por este planeta — que declarou taxativamente: "Eu que recebi um Prêmio Internacional da Paz, penso que, infelizmente, não há outra solução do que a violência para a América Latina." Porque os que semeiam o engano, os que semeiam as promessas falsas, os que fazem as revoluções de palácio e de gabinetes, haverão de responder, amanhã, ou depois, historicamente, diante da Nação e de seus filhos, que não se pode continuar enganando, sob pena de fazer com que esta sentença de Josué de Castro venha se repetir no Brasil.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79, de autoria dos Deputados **FABIANO BRAGA CÔRTE**S e **AIRTON CORDEIRO**, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas. Parecer **FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferiu e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 138/79, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

13 Srs. Deputados o aprovam; nenhum o rejeita.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Em votação — 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/79. Levanta-se a sessão.